

GESTÃO E RESPONSABILIDADE AMBIENTAL NAS PRÁTICAS DE UMA COOPERATIVA DE AGRICULTURA FAMILIAR: A percepção de cooperados

Lucas Andrade de Morais¹
Elisabete Stradiotto Siqueira²
Rosa Adeyse Silva³

RESUMO

Considerando que a crise ambiental tem pressionado para que as organizações mudem sua forma de atuação para se manterem competitivas no mercado, e a responsabilidade social empresarial aparece como um meio para as organizações se adaptarem ao “novo” mercado de consumidores preocupados com as questões ambientais, e sabendo que a cooperativa é uma organização com particularidades, porém que atua no mercado, devendo se pautar em atividades que visem o desenvolvimento sustentável, objetiva-se analisar a percepção de cooperados sobre a gestão e responsabilidade ambiental nas práticas de uma cooperativa de agricultura familiar. Para tanto, optamos pela abordagem descritiva, uma vez que entrevistamos sete cooperados, por meio de um roteiro composto por 12 (doze) quesitos, em uma escala tipo cinco pontos entre concordar ou discordar totalmente, elaborado a partir dos Indicadores *Ethos* de Responsabilidade Social Empresarial e de dois princípios do cooperativismo (quinto e sétimo). Deste modo, observa-se que existiu uma percepção desfavorável dos cooperados em relação à gestão ambiental da cooperativa, o que permite concluir que a ausência de uma política ambiental formal e clara e de um programa de Educação Ambiental na organização poderiam influenciar positivamente no desenvolvimento de ações ambientais na cooperativa.

Palavras-chave: Ambiental. Cooperativa. Agricultura familiar.

INTRODUÇÃO

A crise ambiental vivenciada no mundo foi agravada pelas ações antrópicas sobre a natureza, cujo modo de produção, impulsionado pelo período da Revolução Industrial, intensificou a exploração dos recursos naturais com o aumento na produção para suprir as demandas da população, o que acarretou os diversos problemas ambientais de ordem planetária.

O ritmo imposto pelo modelo econômico capitalista aos países desenvolvidos e em desenvolvimento tem prejudicado o equilíbrio ambiental e a sadia qualidade de vida da população. A problemática ambiental atual se tornou uma apreensão da sociedade, dos

¹ Doutorando em Letras (UERN). Mestre em Ambiente, Tecnologia e Sociedade (UFERSA). Mestrando em Administração (UFCG). Bacharel em Ciências Jurídicas e Sociais (UFCG). Bacharel em Administração Pública (UFRN). Licenciado em Letras (IFPB). lucasmorais7@gmail.com;

² Doutora em Ciências Sociais (PUC/SP). Mestra em Administração (PUC/SP). Bacharela em Administração (UNIMEP). Professora da UFERSA.

³ Mestra em Ciências Sociais e Humanas (UERN/PPGCISH). Bacharela em Administração (UFERSA).

poderes públicos, das organizações e das instituições que vêm inserindo ações, não somente de ordem econômica, mas de caráter social e ambiental.

A sociedade tenta modificar os seus valores e, juntamente com os problemas ambientais decorrentes da atuação organizacional, surge o crescimento de uma “nova consciência ambiental” em diversos setores da sociedade. A sociedade passa, então, a exigir das organizações uma postura pautada na ética e na atuação social ambientalmente responsáveis, emergindo, assim, o denominado desenvolvimento sustentável que se propõe a associar o desenvolvimento econômico com a utilização sustentável dos recursos ambientais e questões sociais (TACHIZAWA, 2015).

Tendo em vista a competitividade e exigência de um mercado globalizado, surgem os conceitos de responsabilidade social, empresarial, socioambiental ou corporativa, passando a incorporar também os discursos das organizações, que têm estabelecido estratégias e procedimentos com menos riscos socioambientais e desenvolvido princípios da sustentabilidade em suas atividades, de modo a modificar sua atuação com relação às questões ambientais, buscando dar mais atenção aos riscos (direto, indireto e de reputação) ambientais.

Diversamente à econômica centrada na competitividade têm-se as cooperativas, constituídas pela associação e participação livre de pessoas com interesses comuns, economicamente organizadas, que respeitam os direitos e deveres dos cooperados e que podem ou não ter fins lucrativos. Pautando-se nos princípios do cooperativismo, essas organizações desenvolvem uma função social no contexto dos seus membros e no cotidiano e realidade dos *stakeholders*, que por terem uma tendência mais coletiva, supõe-se que as dimensões da responsabilidade socioambiental seriam um processo natural, por se pressupor que as cooperativas agem com equilíbrio social, ambiental e econômico.

Sendo aqui destacada, de forma particular, a cooperativa vinculada à agricultura familiar, que possui distinção valorativa, pois, além dos princípios de cooperação, também incorpora os princípios da agricultura familiar, tais como: i) a gestão feita pelos proprietários; ii) os responsáveis pelo empreendimento estão ligados entre si por laços de parentesco; iii) o trabalho é fundamentalmente familiar; iv) o capital pertence à família; v) o patrimônio e os ativos são objetos de transferência intergeracional no interior da família; e vi) os membros da família vivem na unidade familiar (GASSON; ERRINGTON, 1993).

A escolha da dimensão ambiental ocorre por ser foco, em tese, de discursos das organizações, em resposta à preocupação social com a degradação ambiental, de modo que passou a fazer parte do planejamento e objetivos das empresas, alterando as estratégias e padrões mercadológicos em busca de maiores níveis de competitividade e produtividade em

harmonia com a sustentabilidade. Todavia, acaba ocorrendo relações assimétricas entre as três dimensões com uma prevalência da dimensão econômica sobre as demais.

Desse modo, buscou-se responder a seguinte questão: O fato da cooperativa não ser orientada somente para o lucro a qualificaria com uma tendência natural a respeitar ou considerar a dimensão ambiental?

A perspectiva da gestão e responsabilidade com ênfase na dimensão ambiental é o ponto de partida e temática de estudo dessa investigação, que objetiva analisar a percepção de cooperados sobre a dimensão ambiental na gestão de uma cooperativa de agricultura familiar.

METODOLOGIA

No estudo das práticas de responsabilidade social no âmbito da cooperativa, buscou-se avaliar uma das dimensões do Desenvolvimento Sustentável e pilar da *Triple Bottom Line* e indicador da Responsabilidade Social Empresarial (RSE), qual seja: o meio ambiente, de modo que os questionamentos do instrumento de coleta de dados foram construídos com base nos indicadores *Ethos* e em dois princípios do cooperativismo (Educação, formação e informação e Interesse pela comunidade).

A presente investigação adotou uma abordagem descritiva, sendo que as pesquisas desse tipo “têm como objetivo primordial a descrição das características de determinada população ou fenômeno ou, então, o estabelecimento de relações entre variáveis” (GIL, 2007, p. 42). Nesse ínterim, constituiu-se como um estudo de caráter descritivo, buscando descrever as práticas de responsabilidade social em uma cooperativa de agricultura familiar. Quanto aos meios, a investigação se caracterizou como documental e de campo.

Os sujeitos da pesquisa foram 7 (sete) cooperados/colaboradores administrativos da Cooperativa de Agricultura Familiar.

A presente pesquisa foi realizada na Cooperativa de Agricultura Familiar, localizada no município de Apodi, situado na região da Chapada do Apodi, mesorregião do Oeste Potiguar, no Estado do Rio Grande do Norte. O município possui uma população de 34.763 habitantes, sendo que, destes, 17.531 (50,43%) moram na zona urbana e 17.232 (49,57%) na zona rural, que possui uma área da unidade territorial de 1.602,480 Km² e com densidade demográfica de 21,69 Hab/Km² (IBGE, 2010). O Índice de Desenvolvimento Humano Municipal (IDHM 2010) é de 0,639, com o PIB per capita de 11.573,13 (PNUD/IPEA, 2010; IBGE, 2010).

A coleta de dados ocorreu por meio de entrevista semiestruturada e questionário composto por questões em formato de afirmativas. O instrumento de coleta de dados foi

construído com perguntas objetivas e subjetivas, composto por 12 (doze) quesitos no total, com 10 (dez) quesitos objetivos, em uma escala de cinco pontos, que pretendiam medir aspectos como atitudes ou opiniões dos respondentes, que poderiam escolher classificar entre discordar ou concordar totalmente; e 2 (dois) quesitos subjetivos, que abordavam o conteúdo da dimensão ambiental (meio ambiente). O instrumento foi elaborado a partir dos Indicadores *Ethos* de Responsabilidade Social Empresarial (ETHOS, 2007) e de dois princípios do cooperativismo: o 5º, que diz respeito à Educação, formação e informação, e o 7º, atinente ao Compromisso com a comunidade.

O tratamento e análise dos dados quanto aos quesitos objetivos foi feita por meio do programa *Excel* (Microsoft Corp., EUA), e os resultados obtidos foram demonstrados através de dados gráficos, numéricos e percentuais. Os quesitos subjetivos foram analisados por meio do método da Técnica Interpretativa, destacando-se pontos relevantes e transcrevendo algumas respostas; quando necessário, confrontando as afirmações dos entrevistados com a pesquisa bibliográfica.

RESULTADOS E DISCUSSÕES

Gestão cooperativista e cooperativismo

O cooperativismo aparece no mundo em 1830, todavia, um movimento em particular que ocorreu em 1844, na cidade de Rochdale (Inglaterra), que é considerado o marco inicial do cooperativismo com a fundação da *Rochdale Society of Equitable Pioneers* (Sociedade Equitativa dos Pioneiros de Rochdale). Essa fundação é considerada a primeira cooperativa, foi composta por 28 tecelões que, visando enfrentar a crise industrial vivenciada na época, se uniram em forma de uma cooperativa de consumo, tendo como objetivo inicial o fornecimento de gêneros de primeira necessidade aos associados (GARZÓN, 1993).

Essa primeira experiência de cooperativismo serviu de modelo e inspiração para o surgimento de outros formatos de cooperativismo na Europa, cujas ideias fundamentais que os pioneiros colocaram em seus estatutos são as mesmas que subsistem na Declaração sobre a Identidade Cooperativa de 1995, da *International Co-operative Alliance* - ICA (Aliança Cooperativa Internacional), e ainda alguns princípios definidos por esse modelo pioneiro estão presentes em iniciativas de cooperativas atuais (GARZÓN, 1993).

No Brasil, a cultura cooperativista emergiu na área urbana, estimulada por funcionários públicos, militares, profissionais liberais e operários, sendo precisamente em Ouro Preto (MG), em 1889, que surgiu a primeira cooperativa brasileira, denominada de

Sociedade Cooperativa Econômica dos Funcionários Públicos de Ouro Preto. Posteriormente, o cooperativismo se expandiu e se diversificou em outros estados, e em 1906 começou a se desenvolver as cooperativas no meio rural, idealizadas por produtores agropecuários (OCB-GO, 2016).

O cooperativismo, embora estivesse em expansão no país, era pouco conhecido da população no que se refere à sua constituição e funcionalidade, o que se tornou um dos entraves para um maior desenvolvimento do sistema cooperativista no país. Essa realidade sofreu alterações em 1969, quando foi criada a Organização das Cooperativas Brasileiras (OCB), sociedade civil e sem fins lucrativos, que tinha como objetivo representar e defender os interesses do cooperativismo no país.

Outro passo importante para o cooperativismo no Brasil foi a constituição e reconhecimento jurídico das cooperativas, com a Lei n.º 5.764 de 16 de dezembro de 1971, ao ser instituída uma Política Nacional de Cooperativismo com a criação de um regime jurídico da sociedade cooperativa. Em contrapartida, essa legislação acabou por interferir no *modus* de constituição do empreendimento cooperativo, passando a restringir o funcionamento e a autonomia dos associados.

As limitações geradas pela lei da Política Nacional do Cooperativismo foram sanadas com a Constituição Federal de 1988, ao conceder maior liberdade de ação para as associações e cooperativas, ao dispor que “[...] a criação de associações e, na forma da lei, a de cooperativas independem de autorização, sendo vedada a interferência estatal em seu funcionamento” (Art. 5º, XVIII, da CF/88). Similarmente, os preceitos da Lei n.º 8.949 de 09 de dezembro de 1994 também contribuíram, na medida em que acrescentaram um parágrafo no artigo 442 da Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), declarando a inexistência de vínculo empregatício entre as cooperativas e seus associados.

Nesse cenário, as cooperativas consistem nas sociedades de pessoas que em cooperação visam atingir um objetivo comum. Assim, em sua atuação, possuem relações de trabalho que não configuram vínculo empregatício; todavia, tal característica peculiar permite margem para o surgimento de cooperativas fraudulentas, funcionando como verdadeiras organizações empresariais de comercialização de produtos ou prestação de serviços, possuindo um “dono” da cooperativa, que “contrata” os associados, porém, sem os encargos trabalhistas, tornando-se uma forma de “burlar” as leis e direitos trabalhistas, ao passo que estão inseridas dentro do mercado (ALCÂNTARA, 2014).

Assim, para se entender como se constitui uma cooperativa lícita é necessário distinguir alguns conceitos. O primeiro seria o ato de cooperar e cooperação com o

cooperativismo. Muito embora, segundo Pinho (1966), ambos os termos derivem do verbo cooperar, de origem latina *cooperari*, que significa trabalhar com alguém, cooperar/cooperação significa qualquer ato ou ação de colaborar com outros indivíduos em formações sociais e econômicas, e quando organizados formalmente dão origem a determinados grupos sociais. O cooperativismo é caracterizado como um movimento social histórico formado por um sistema, doutrina ou ideologia, cujo foco é a busca da renovação social por meio da cooperação (PINHO, 1966; RIOS, 1981; TESCH, 2000; COSTA, 2007).

Outros conceitos que merecem distinção são o cooperativismo e a cooperativa, que, não obstante mantenham relações de constituição, muitas vezes se confundem. Contudo, não são sinônimos, pois o

Cooperativismo no sentido de doutrina que tem por objeto a correção do social pelo econômico através de associações de fim predominantemente econômico, ou seja, as cooperativas; cooperativas no sentido de sociedades de pessoas organizadas em bases democráticas, que visam não só a suprir seus membros de bens e serviços como também a realizar determinados programas educativos e sociais. Trata-se, insistimos, de sociedade de pessoas e não de capital, sem interesse lucrativo e com fins econômico e sociais. Seu funcionamento se inspira nos chamados “Princípios dos Pioneiros de *Rochdale*”: adesão livre, gestão democrática, juros módicos ao capital, retorno proporcional às operações, transações a dinheiro, neutralidade política, religiosa e ética e desenvolvimento do ensino (PINHO, 1966, p. 8).

A cooperativa, por sua vez, se configura como uma associação autônoma de várias pessoas que voluntariamente unem forças para satisfazer anseios comuns, proporcionando alcançar o desenvolvimento social, econômico e cultural dos associados, gerida democraticamente e tida como uma propriedade comum de todos os membros (INSTITUTO ECOLÓGICA, 2007; ICA, 1995).

Portanto, o objetivo de uma cooperativa será a comercialização da produção e dos serviços dos seus associados, gerando renda e benefícios comuns. Para tanto, as cooperativas devem seguir sete linhas ou princípios do cooperativismo, de acordo com a Declaração sobre a Identidade Cooperativa (ICA, 1995): o primeiro é a adesão voluntária e livre; com base nesse princípio, as cooperativas se constituem como organizações voluntárias e abertas a todos, sem distinção de quaisquer natureza, que estejam dispostos a assumirem as responsabilidades inerentes.

O segundo princípio é o da gestão democrática pelos membros. Com base nesse postulado todos os membros participam ativamente nas formulações de políticas e tomada de decisões de interesse da cooperativa e dos cooperados.

O terceiro princípio é a participação econômica dos membros, que devem contribuir equitativamente para a construção do capital da cooperativa, que passa a ser controlado por todos e pertencente a propriedade comum da cooperativa.

Nesses três primeiros princípios, pode-se observar que a cooperativa tende a se estruturar de forma livre e com participação de todos os cooperados; não se trata das relações de poder, pelo contrário, o cooperativismo é uma construção democrática e participativa.

Essa característica de autonomia e independência é contemplada no quarto princípio, que estabelece que em hipótese alguma a cooperativa se sujeite ao controle de outras organizações, isto é, que não seja o controle dos seus membros. Ela pode, no entanto, entrar em acordo e parcerias com outras organizações, desde que mantenha sempre o poder de decisão dos cooperados.

O quinto princípio trata da educação, formação e informação, características importantes das cooperativas, pois além de cumprirem com os seus objetivos primordiais, devem promover o desenvolvimento socioeconômico da cooperativa e dos seus membros por meio da educação e formação.

O sexto princípio necessário a ser estabelecido em uma cooperativa é o fortalecimento da troca de informações, produtos e serviços entre cooperativa e outra estrutura (local, regional, nacional ou internacional), de modo a viabilizar a atividade socioeconômica, caracterizando a intercooperação.

E, por fim, o sétimo princípio é o compromisso com a comunidade, que preceitua a necessidade das cooperativas de firmarem compromisso e relações intrínsecas com a comunidade, visando a trabalharem para construção de um desenvolvimento sustentável da entidade e dos membros que a compõem.

Ao desempenhar suas ações e atividades nesses princípios, as cooperativas se baseiam em valores, dos quais destacam-se: a ajuda mútua, a responsabilidade, a democracia, a igualdade, a equidade e a solidariedade. Em uma gestão cooperativista os membros esperam que as ações e atividades da cooperativa tenham valores éticos que se solidifiquem para os membros por meio da honestidade, da transparência, da preocupação com os demais e da responsabilidade com a sustentabilidade do ambiente.

A cooperativa se forma pela tríade cooperante, dirigente e funcionário, com fortalecimento relacionado ao contínuo trabalho de capacitação e integração das atribuições individuais de cada um dentro da cooperativa (SANTOS, 1998) ao assumir responsabilidades pela gestão da cooperativa de modo a organizá-la, promover a transparência e garantir a autonomia administrativa, econômica e financeira das suas ações, relacionar-se e estabelecer a

comunicação entre a direção e os cooperados, e contribuir para a educação dentro do âmbito de suas ações.

É pautado nesses valores que o movimento cooperativista se forma, e conseqüentemente uma verdadeira cooperativa deve funcionar, com uma autogestão pautada no modelo da democratização das decisões em organizações econômicas simples ou complexas, sendo um dos principais elementos das cooperativas desde o surgimento do cooperativismo.

No Brasil, vê-se que o cooperativismo tem caminhado para uma popularização. A atuação de órgãos como a Organização das Cooperativas Brasileiras (OCB) e as universidades tem contribuído para a expansão, multiplicação e funcionamento de cooperativas. Segundo dados da OCB (2018, p. 22), existem atualmente 6.655 mil cooperativas, divididas em 13 ramos de atuação, com destaque para o ramo agropecuário, que conta com o maior número de cooperativas, perfazendo um total de 1.555 mil em todo o território nacional. Ao todo, o país conta com mais de 13,2 milhões de cooperados e promove cerca de 376 mil empregos formais, o que demonstra uma possível popularização do cooperativismo como uma alternativa para as relações produtivas no atual sistema socioeconômico do país.

A responsabilidade ambiental nas/das organizações

O ambiente constitui o meio de interações, através dos tempos, entre os seres vivos e não-vivos em um processo de transformação, construção e reconstrução dos espaços e lugares.

As ações antrópicas na busca da sobrevivência, durante décadas, vêm causando impactos negativos sobre o meio ambiente, e a questão e preocupação ambiental surge, segundo Quintas (2000), pelos diferentes modos como a humanidade vem se relacionando com o meio físico-natural e as conseqüências, como o modo de produção, os hábitos e as necessidades de consumo das pessoas têm gerado essa instabilidade de recursos ambientais.

A preocupação ambiental, segundo Barbieri (1997), fruto do processo de desenvolvimento das sociedades, pode ser diferenciada em três etapas. A primeira etapa é da indiferença ou ignorância da sociedade (produtores e consumidores) na percepção dos problemas ambientais. Na segunda etapa, a sociedade atribui culpa à gestão imprópria dos recursos ambientais, entende que a degradação ambiental é um problema generalizado, porém, os impactos negativos e efeitos são restritos apenas aos limites espaciais da área degradada. Na última etapa, a degradação ambiental é entendida pela sociedade como um problema transindividual de *status* global, que atinge a todos indistintamente.

A crise ambiental alcançou o *status* supracitado a partir da Revolução industrial (Séc. XVIII), com o aumento da população, processo de urbanização e aumento da produção. Os efeitos na atual situação do meio ambiente obrigaram os Estados a se reunirem para buscarem uma solução conjunta para reduzir os impactos e reparar os danos ambientais, buscando um equilíbrio entre os campos econômico, político, social, cultural e ambiental. Por conseguinte, encontraram uma possível solução no Relatório de *Brundtland* ou Nosso Futuro Comum (*Our Common Future*), em 1987, a ideia de Desenvolvimento Sustentável como as ações e atividades que não comprometem ou degradam a qualidade ambiental, aliando a produção (econômico) e preservação (social e ambiental), havendo uma interação harmônica e equilibrada das três dimensões capital/econômico (K), recursos naturais/ambiental (N) e trabalho/social (L) (MORAIS & SIQUEIRA, 2017).

As organizações são responsáveis por causarem impactos negativos sobre os sistemas naturais vivos e não-vivos, e a preocupação por parte dessas organizações em buscarem alternativas para minimizar os efeitos nocivos de suas atividades sobre o ambiente é uma das práticas do modelo de responsabilidade ambiental. Acresce a isso a incorporação das questões ambientais e a preocupação com a redução do impacto negativo, dentro de seus processos de tomada de decisão, adotando ações e atividades ambientalmente apropriadas como medidas para atender a legislação em vigor, prevenir, mitigar e compensar os danos ambientais gerados (TACHIZAWA, 2015).

Assim, as organizações têm sido pressionadas a assumirem uma postura dita socialmente responsável em relação aos problemas sociais e ambientais, com vistas a atender as novas exigências das partes interessadas nos negócios da organização – denominados de *stakeholders*⁴ – e buscar a sobrevivência no mercado global. No contexto organizacional foi adotado o discurso e o instrumento da Responsabilidade Socioambiental (RSA), Responsabilidade Social Empresarial (RSE) ou Responsabilidade Social Corporativa (RSC), consistindo no comprometimento da organização em integrar as estratégias comerciais pela relação ética, transparente e solidária com todos os públicos com os quais se relaciona, associando o desenvolvimento econômico ao social e preservação ambiental para gerações futuras (SCHWARTZ & CAROLL, 2003; STRADIOTTO SIQUEIRA, 2005; DIAS, 2011; TACHIZAWA, 2015).

⁴ Consistem em qualquer indivíduo, grupo ou instituição que afete ou seja afetado pelas atividades e os objetivos da empresa (tais como sociedade, clientes, acionistas, sindicato, empregado, fornecedores, concorrentes, governo, etc.) (ALMEIDA, 2007; FREEMAN, 1984).

Desse modo, a adoção da responsabilidade socioambiental é assentada nos três pilares da sustentabilidade (*Triple Bottom Line*): o econômico, o ambiental e o social (ELKINGTON, 1999), cujo comportamento da organização é afetado e influenciado, de forma direta ou indireta, pelos *stakeholders*. A influência é tanta que esses passam a ter relevância fundamental nas preocupações da gestão e nos objetivos organizacionais, especialmente da responsabilidade socioambiental, posto que se torna uma vantagem competitiva sustentável ao interferir positivamente na imagem da organização (agregando valor) e promove o desenvolvimento sustentável.

A Responsabilidade Social tem como temas centrais, de acordo com os indicadores do Instituto *Ethos* (2007), os Valores, Transparência e Governança; o Público Interno; o Meio Ambiente; os Fornecedores; os Consumidores e Clientes; a Comunidade; e o Governo e Sociedade.

Por meio desses pontos determinada organização pode avaliar o *status* de responsabilidade social praticado em suas atividades voltadas ao seu ambiente de negócios, ao seu quadro de funcionários, a busca pela redução de impactos negativos de sua atividade na comunidade e meio ambiente e, assim, proporcionar uma mudança comportamental e de gestão que abarca maior transparência, ética e valores na relação com os *stakeholders*.

O tema meio ambiente busca analisar os aspectos da responsabilidade ambiental organizacional, do gerenciamento dos impactos ambientais e o desenvolvimento de programas de educação ambiental para funcionários e as comunidades, pois:

Na Gestão e Responsabilidade Ambiental, o foco da gestão está voltado para o meio ambiente, então o raciocínio é de acordo com as necessidades inerentes ao meio ambiente. Necessidade de equilíbrio da fauna e da flora, de não degradação e preservação, entre outras. As pessoas também são inseridas neste contexto, e podem ser prejudicadas, mas isto será uma consequência relacionada ao meio ambiente como um todo, onde as pessoas assumem o papel de componentes, e não do foco (ZARPELON, 2006, p. 16).

A gestão ambiental nas organizações necessita da implementação de práticas e instrumentos que criem condições favoráveis para que as pessoas das organizações possam compreender as políticas organizacionais e melhorem o desempenho ambiental.

Para tanto, Jabbour & Jabbour (2013) direciona três focos de práticas ambientais de planejamento e organizacionais, operacionais e comunicacionais. No planejamento e organizacionais defendem como medidas a definição explícita da política ambiental, claros objetivos e planejamento ambiental de longo prazo, responsabilidades ambientais bem-definidas, funcionários integralmente dedicados à gestão ambiental e programas de treinamento ambiental para dirigentes e funcionários organizacionais.

As práticas ambientais operacionais estão relacionadas a projetar e desenvolver produtos ambientalmente adequados, focando nas substituições de materiais, redução de consumo de recursos, redução da geração de desperdícios e resíduos durante o uso, a produção e a distribuição do produto; e nas práticas relacionadas ao processo produtivo, focando na solução do controle de poluição, redução do consumo de energia e recursos naturais, uso de tecnologias mais limpas, compras verdes (fornecedores) e gestão de logísticas ambientalmente mais limpas (JABBOUR & JABBOUR, 2013).

As práticas ambientais de comunicação organizacional visam a transparência e visibilidade das ações ambientais desenvolvidas pela organização, focando na produção periódica de relatórios e informações ambientais, na colaboração com outras organizações ambientais e o uso de argumentos ambientais no *marketing* organizacional (JABBOUR & JABBOUR, 2013).

Aliado a essas práticas é necessário a implantação de um Programa de Educação Ambiental no contexto organizacional, pois a educação ambiental vai muito além do doutrinamento e treinamento das pessoas, “[...] procura construir uma ‘identidade’ ambiental, um sentido de estar no mundo, um enraizamento no meio de vida e a desenvolver uma cultura de pertencimento e compromisso” (GIESTA, 2009, p. 126).

Assim, Giesta (2009, p. 129) defende que “[...] a gestão ambiental apoiada nos princípios da Educação Ambiental poderá contribuir na conscientização dos trabalhadores ou em suas práticas pessoais e profissionais, gerando maior aproximação entre as áreas da Administração e Educação”.

A educação ambiental no contexto cooperativista para agricultura familiar tem nas cooperativas a constituição de espaços férteis para discussões e implantação de um processo educativo no sentido da sustentabilidade, por considerar os elos do desenvolvimento sustentável (ambiental, econômico e social) em sua atuação (GIESTA & SILVA, 2005; 2006).

A agricultura familiar também se configura como um segmento permeado por questões complexas que envolvem a sustentabilidade, o uso e produção de recursos naturais (água, terra, alimentos, etc.), acesso a créditos e produção de insumos e à assistência técnica e extensão rural, de modo que esses fatores influenciam no desenvolvimento dos agricultores (ROCHA, 2014).

Na busca pelo desenvolvimento rural sustentável, e pela superação da problemática socioambiental rural, foi instituído pela Portaria Ministerial Nº 169, de 23 de maio de 2012, do Ministério do Meio Ambiente (MMA), o Programa de Educação Ambiental e Agricultura Familiar (PEAAF), que visa o incentivo às práticas sustentáveis na agricultura familiar e no

manejo dos territórios rurais, por meio de processos educacionais críticos e participativos, gerando uma consciência ecológica na comunidade e cooperados (MMA/PEAAF, 2015; FONSECA *et. al.*, 2017).

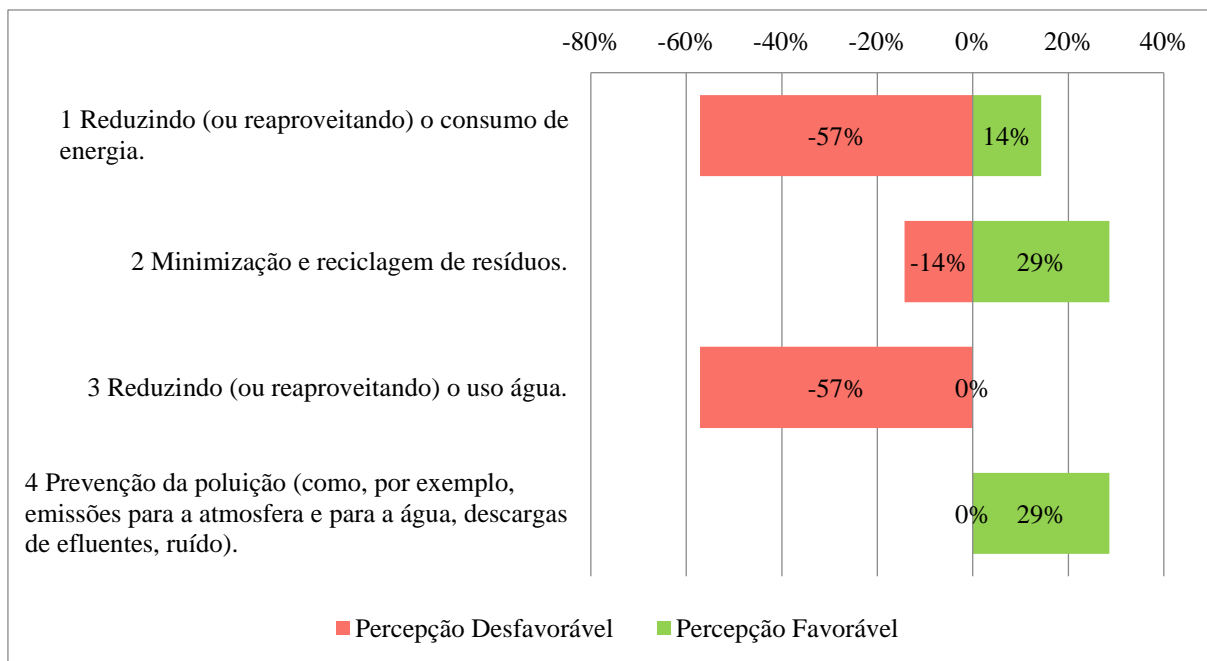
Percepção de cooperados sobre as práticas de gestão e responsabilidade ambiental na cooperativa de agricultura familiar

O desenvolvimento sustentável, enquanto princípio do cooperativismo, toma por base a adoção de práticas de responsabilidade socioambiental para a comunidade, encontrando-se assentadas nos três pilares da sustentabilidade (*Triple Bottom Line*): o econômico, o ambiental e o social, cujo comportamento da organização é afetado e influenciado, de forma direta ou indireta, pelos *stakeholders*. A influência é tanta que esses passam a ter relevância fundamental nas preocupações da gestão e nos objetivos organizacionais, tornando-se uma vantagem competitiva sustentável ao interferir positivamente na imagem da organização (agregando valor) e promover o desenvolvimento sustentável local.

No tripé da sustentabilidade, por muitas vezes, a dimensão ambiental é menos percebida em detrimento da dimensão econômica. À vista disso, essa investigação se deteve a visionar como a dimensão ambiental é percebida na gestão da cooperativa; por isso, as quatro primeiras questões tinham como propósito ilustrar a atuação da cooperativa em relação às políticas ambientais no âmbito interno, por meio de ações junto aos seus colaboradores e cooperados, assim como na produção de produtos e serviços. E no âmbito externo, por meio da busca pelo oferecimento de produtos e serviços sustentáveis aos seus consumidores, assumindo uma postura ambientalmente responsável.

Por conseguinte, o principal resultado com referência aos programas, atividades ou ações que colaborem para redução dos impactos ambientais negativos gerados pela cooperativa pode ser visualizado no Gráfico 1:

Gráfico 1. Programa, atividade ou ações que visem reduzir impacto ambiental gerado pela e na cooperativa



Fonte: Dados da pesquisa.

Nos pontos um e três, que tratam respectivamente sobre a redução (ou reaproveitamento) de recursos naturais de energia e água, há uma percepção desfavorável (57%) sobre as iniciativas e ações dentro da cooperativa para buscar reduzir o consumo de energia e de água. Sobre a neutralidade nesses itens, a percepção de não concordar e nem discordar, quando a redução do consumo de energia foi de 28,57% e da redução ou reaproveitamento do uso de água foi de 42,85%. O resultado é reflexo da problemática do uso de energia e da água em organizações agroindustriais e de agricultura, pois, segundo a Organização das Nações Unidas e a Agência Nacional de Águas, a irrigação se constitui a principal responsável pelo uso de água doce no mundo – aproximadamente 67% (WWAP, 2018) – e no Brasil – 67,2% (ANA, 2017).

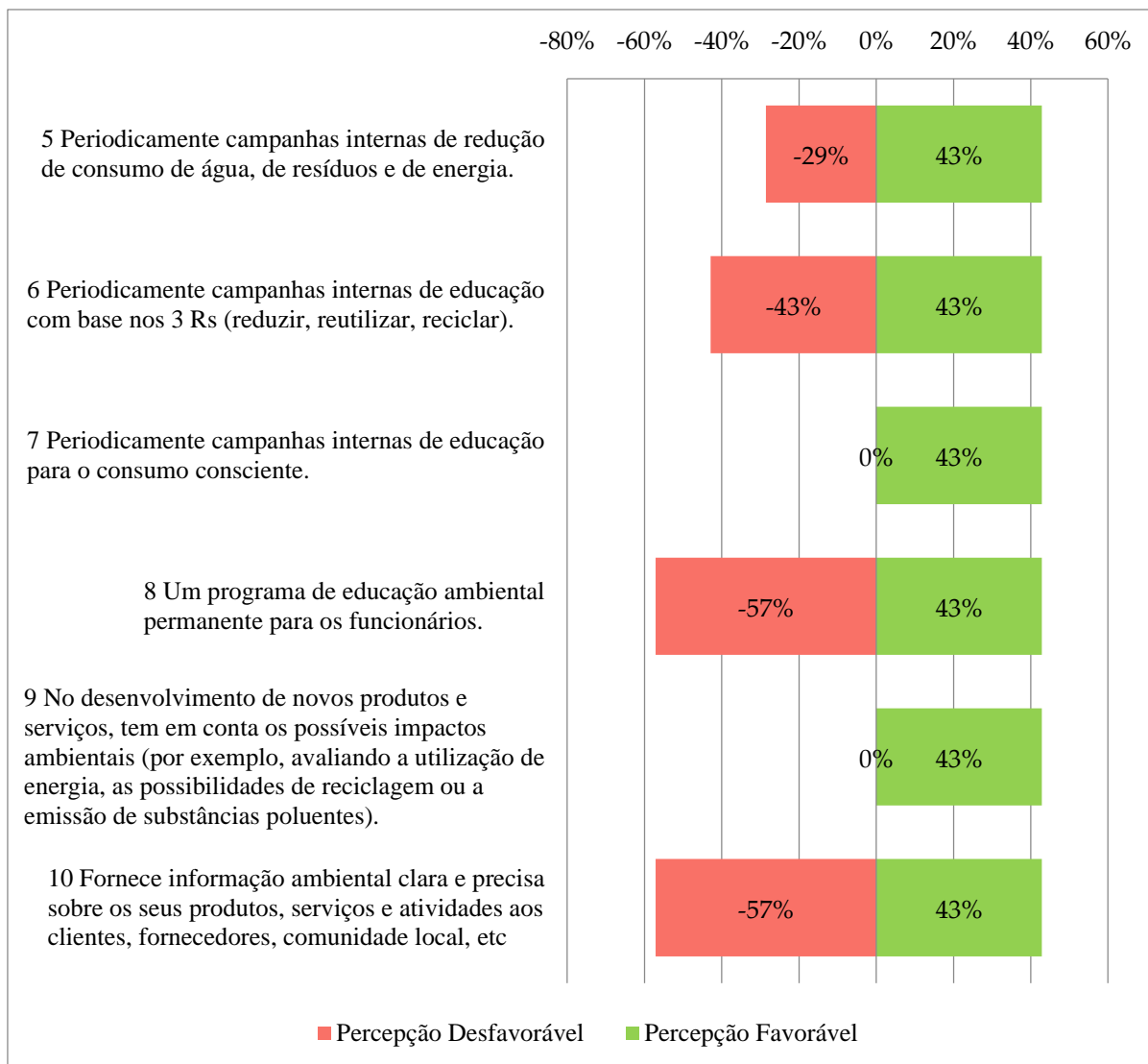
A produção e deposição inadequada de resíduos é um dos principais impactos negativos das organizações no meio ambiente e uma preocupação das gestões atuais. Na percepção dos cooperados houve uma visão mais favorável (29%) a essa ação pela gestão, em detrimento da posição desfavorável (14%); porém, a maioria dos cooperados se manteve neutra (57,14%) no quesito da minimização e reciclagem de resíduos. O resultado pode ser um reflexo do desconhecimento de iniciativas consistentes e pontuais da cooperativa para o gerenciamento dos resíduos gerados pelas suas atividades, posto que não existe um projeto ou processo de reciclagem de resíduos de conhecimento amplo ou até mesmo a existência de destinação adequada dos resíduos. Sobre esse fator, a reciclagem e produtos finais dos

resíduos não possuem apenas um aspecto ambiental, mas também um econômico, que tende a agregar na produção e despesa na cooperativa.

As atividades agropecuárias são responsáveis por causarem diversos impactos (positivos e/ou negativos) de ordens físicas, químicas e biológicas que alteram a propriedade do meio ambiente afetado. Por isso, foi questionado sobre atividades de prevenções das poluições provenientes das atividades e dos serviços produzidos pela cooperativa. Não obstante a percepção dos cooperados tenha sinalizado uma visão mais favorável (29%) e os neutros (14,29%) a essa ação, a maioria dos cooperados não soube ou quis responder (57,14%), o que poderia refletir no desconhecimento sobre os impactos causados pela produção, receio de sinalizar problemas decorrentes da (não) reparação das atividades da cooperativa ou até mesmo falta de uma política de prevenção de poluição.

O segundo ponto de análise se pautou no quinto princípio, que versa sobre a educação, formação e informação dos *stakeholders*, de modo a expandir a divulgação dos preceitos do cooperativismo e a sustentabilidade do empreendimento, que requer a adoção de postura ambientalmente responsável. Por isso, a necessidade de se perceber o processo de EA no contexto organizacional (GIESTA, 2009) e cooperativista para agricultura familiar (GIESTA & SILVA, 2005; 2006; ROCHA, 2014; MMA/PEAAF, 2015; FONSECA *et. al.*, 2017), em que vislumbre a conscientização de seus cooperados para mudança de postura em face das questões ambientais e dos danos provocados por suas práticas e técnicas através da educação ambiental. Nesse aspecto, encontrou-se os seguintes resultados:

Gráfico 2. Educação e Conscientização Ambiental na cooperativa



Fonte: Dados da pesquisa.

Na gestão ambiental de uma organização é possível identificar três principais estágios: reativo, preventivo e proativo (JABBOUR, et. al., 2013). No estágio preventivo “[...] a organização busca estratégias para otimizar o uso de recursos naturais, por meio de ecoeficiência e da aplicação de seus princípios, como os 3 Rs (reduzir, reutilizar e reciclar)” (JABBOUR, 2013, p. 82); assim, as campanhas educativas e de informação dentro de uma organização configuram-se como um dos fatores que contribuem para difusão dos princípios, políticas e ações organizacionais, pois refletem no envolvimento e na mudança de comportamento por parte das pessoas.

Para tanto, buscou-se avaliar a percepção dos cooperados sobre três tipos de campanhas preventivas: redução de consumo (água, energia e resíduos), educação com base nos 3 Rs e educação para o consumo consciente. No primeiro tipo, houve uma maior percepção favorável (43%), em detrimento aos desfavoráveis (29%) e aos neutros (28,57%),

da existência de campanhas internas da gestão de adoção de práticas de redução de consumo de água, energia e resíduos. No segundo tipo, houve um empate entre as percepções favoráveis e desfavoráveis (43%), com 14,29% neutros, sobre a existência de campanhas internas focadas na educação para reduzir, reutilizar e reciclar. No terceiro tipo, houve uma percepção mais favorável (43%) em detrimento da desfavorável, porém, a maioria dos cooperados se manteve neutra (57,14%) no quesito da adoção pela gestão de campanhas internas de educação para o consumo consciente na cooperativa.

Tais resultados podem ser reflexo na percepção desfavorável (57%) da existência de um programa de educação ambiental permanente na cooperativa para os colaboradores e cooperados.

Quanto à produção e comercialização dos produtos e serviços da cooperativa, foi possível perceber que há uma percepção de neutralidade dos cooperados (57,14%), que têm em conta os possíveis impactos ambientais (por exemplo, avaliando a utilização de energia, as possibilidades de reciclagem ou a emissão de substâncias poluentes) no desenvolvimento de novos produtos e serviços; e, ainda, uma percepção desfavorável à necessidade de fornecer informação ambiental clara e precisa sobre os seus produtos, serviços e atividades para todos os *stakeholders*.

Nesse tópico, pode-se perceber que não existe um consenso amplamente favorável em relação à educação e conscientização ambiental pela cooperativa, pelo menos de forma abrangente, visto que muitas das sinalizações dos colaboradores estão apontando mais para um aspecto desfavorável e neutralidade, ao contrário de visionarem para um aspecto favorável à atuação na gestão da cooperativa.

Esses resultados, em parte, corrobora com a falta de uma política ambiental dentro da cooperativa. Os dois princípios do cooperativismos tendem a se complementarem, ao considerarem o ambiente (coletivo), o social e o econômico (dimensões do desenvolvimento sustentável), a educação e a conscientização ambiental, que causam impactos e influenciam as atividades e ações dos cooperados e colaboradores. Essa mudança proporciona um comprometimento da cooperativa com o bem-estar e a melhoria da qualidade socioambiental em sua estrutura organizacional e na comunidade em que está inserida, tornando-se uma cooperativa sustentável.

A sustentabilidade é um fator de competitividade e forma das empresas se manterem vivas no mercado, devido às novas exigências dos consumidores que não estão apenas privilegiando o preço e qualidade dos produtos ou serviços, mas, levando em consideração a boa imagem institucional e a atuação socioambientalmente responsável no mercado. Esse

compromisso assumido pelas organizações junto aos *stakeholders* contribui para a otimização econômica destas (TACHIZAWA & ANDRADE, 2012).

À vista disso, procurando saber se os entrevistados poderiam identificar as formas que a cooperativa utiliza a sustentabilidade dos seus produtos e serviços para obter uma vantagem sobre a concorrência, sejam outras cooperativas ou empresas, 71,43% dos cooperados entrevistados conseguiram identificar a sustentabilidade nos negócios da cooperativa que enseja a mudança de valores e orienta o sistema operacional, buscando a conservação do meio ambiente, seja atendendo a uma exigência do mercado, pressão social ou atendendo às exigências das leis ambientais. Isso pode ser observado no discurso de um dos cooperados entrevistado:

Uma das práticas é das bases que a gente mantém a produção e técnicos ADRS nas bases orientando os produtores com a melhoria da qualidade, a certificação também que a gente já tem como questão do meio ambiente, que você não pode tá colocando qualquer tipo de produto, qualquer tipo de agrotóxico, nada né, para produzir ecologicamente. Tudo isso vai melhorando desde a implantação da cultura até o produto final, isso aí também faz um diferencial [SIC] (Colaborador 2).

[...] A [cooperativa] faz um trabalho com os produtores já prestando assistência técnica para ele ter um produto de qualidade, a cooperativa garantir aquele, o mercado para o produto dele, pra estimular ele a produzir, pra ter uma sustentabilidade. Se ele tiver produzindo e não tiver o mercado vai desestimular, vai fraquejar, e isso gera algum problema [SIC] (Colaborador 3).

A preocupação da cooperativa com o meio ambiente é da própria natureza institucional ao trabalhar diretamente com os recursos naturais, cujos produtos e serviços decorrem da agricultura familiar. Dessa maneira, a busca por práticas sustentáveis na agricultura, a redução de impactos ambientais negativos das produções sobre o ambiente, a melhoria da qualidade de vida dos cooperados é justamente o direcionamento para um desenvolvimento sustentável local. Isso pode ser observado no discurso de um colaborador ao argumentar que:

Para os produtores fazer a parte de plantação seja castanha, seja as frutas, seja produzir o mel, pra que eles tenham ocupação e permaneçam no campo. E que gera a sua atividade e que se dê lucro, porque isso é importante, porque eles é quem vão crescer. A cooperativa não é o prédio em si (...) são eles, a cooperativa só cresce quando eles crescem, que estão agregando esse valor, vendo que se precisa a cada dia tá buscando conhecimento e melhorar, porque existe um mercado enorme, que a gente precisa está dentro, porque a gente tem esse direito e tem essa oportunidade, e com isso eles tem que ter esse conhecimento (...) pra produzir o produto, tá adquirindo a marca e tá colocando no mercado. E que assim, tá lá e também com uma preocupação, porque assim o meio ambiente é nosso, ele não existe por acaso, é nosso então a gente tem que ter cuidado, então é assim, é baseado nessa preocupação de produzir e de cuidar do próprio meio. (...) se a gente não se importar com o nosso meio né, a gente está destruindo a nós mesmo [SIC] (Colaborador 1).

O entendimento de que a cooperativa necessita dos recursos ambientais para o seu desenvolvimento configura-se como um passo importante para o direcionamento dos processos produtivos mais eficientes ecologicamente. Outro fator que tende a provocar uma resposta das organizações no sentido de causar menor impacto ambiental negativo, e otimizar sua produção, além de dá visibilidade no mercado, é o das exigências decertificações, que se configuram como “[...] um desdobramento natural da orientação pela qualidade presente em várias organizações contemporâneas” (SOBRAL & PECI, 2008, p. 283). Os benefícios das certificações são múltiplos e vão desde aumentar a qualidade dos produtos ou serviços, ao passo que tendem a diminuir os custos de produção e implementar uma estratégia corporativa, respondendo às pressões e alcançando vantagens competitivas, até a satisfação das expectativas dos clientes.

Nesse âmbito, ao questionar a existência de algum tipo de certificação na cooperativa, foi destacado o selo da Associação de Certificação Orgânica Participativa do Sertão do Apodi (ACOPASA), que tem a declaração de credenciamento como Organismo Participativo de Avaliação da Conformidade Orgânica (OPAC), emitida pelo Ministério de Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA). Essa certificação permite que as cooperativas comercializem os produtos das famílias agricultoras cooperadas com um valor agregado e atendendo a mercados diferenciados.

Por fim, destaca-se que grande parte das respostas dos cooperados referentes a dimensão ambiental na gestão da cooperativa sinaliza para uma possível superação do desafio de implementar instrumentos de gestão ambiental, tais como o Sistema de Gestão Ambiental (SGA) ou Produção Mais Limpa (P+L), o que consolida e influenciapositivamente o desempenho da cooperativa ao avaliar e controlar os impactos ambientais de suas atividades, pois grande parte dos posicionamentos de percepção dos cooperados está entre as visões desfavorável e neutras, seja não concordando/discordando, ou não sabendo identificar determinadas ações da cooperativa naquele sentido.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A literatura (SCHWARTZ & CAROLL, 2003; STRADIOTTO SIQUEIRA, 2005; DIAS, 2011; TACHIZAWA & ANDRADE, 2012; TACHIZAWA, 2013; JABBOUR & JABBOUR, 2013) tem consentido que ao adotar as práticas de responsabilidade social as organizações passam a se posicionar de uma nova forma em suas atividades e ações no âmbito interno e externo, pois assumem posturas socialmente comprometidas para promoção do bem-estar nas relações com o público interno e externo. Em contrapartida, a organização tende a auferir um

crescimento mais sustentável, receber maior visibilidade, vincular uma boa imagem ao negócio e contribuir para o desenvolvimento sustentável da comunidade na qual está inserida.

O desenvolvimento sustentável e a sustentabilidade tem sido o caminho a ser percorrido pelas organizações para se manterem competitivas no mercado. O cooperativismo, por suas características peculiares de cooperação, desenvolvimento dos cooperados, educação, gestão democrática, autonomia e independência, participação econômica e interesse pela comunidade, tem sido visto como um potencial estratégico para se alcançar o Desenvolvimento Sustentável.

No âmbito da agricultura familiar, as cooperativas têm se constituído como alternativa forte para sobrevivência e competitividade frente ao agronegócio, uma vez que as cooperativas de agricultura familiar são centradas nos agricultores, são administradas por seus cooperados e têm preocupação e comprometimento com a comunidade local e o desenvolvimento do território rural.

Na sustentabilidade organizacional da cooperativa de agricultura familiar estudada, existe uma percepção desfavorável dos cooperados com relação a práticas ambientais operacionais na minimização (ou redução) no consumo de água, energia, produção de resíduos e no controle da poluição nas atividades agrícolas. Nas práticas ambientais de planejamento e organizacionais e comunicacionais da cooperativa, os cooperados tiveram a maioria das percepções desfavoráveis e na neutralidade quanto à existência de políticas ambientais, campanhas ambientais internas, educação ambiental permanente para os cooperados e produção de produtos e processos de produção ambientalmente adequados.

Desta forma, não existe uma voz uníssona de que as políticas ambientais implementadas na cooperativa são claras e atuantes, o que se contrapõe à própria configuração da organização de agricultura familiar que trabalha diretamente com o meio ambiente natural e seus produtos são derivados dos recursos ambientais, havendo, portanto, a necessidade de implantação de educação ambiental na cooperativa, de modo a levar em conta o critério ambiental dentro da cooperativa junto aos *stakeholders*.

A educação ambiental na cooperativa de agricultura familiar pode trazer novos contornos para a atuação e (re)conhecimento da “identidade” do agricultor cooperado, de maneira a compreender os princípios e valores éticos do cooperativismo, sua cultura e o local de pertencimento dentro do meio ambiente.

Por fim, é importante assinalar que, apesar da ausência de uma política ambiental formal e de um programa de educação ambiental na organização, não significa que a temática do meio ambiente seja esgotada e não esteja contemplada no cotidiano da cooperativa. Ainda

que os conceitos de desenvolvimento sustentável, sustentabilidade ou responsabilidade social não sejam difundidos na cooperativa e entre os cooperados, a própria ideia e os princípios do cooperativismo convergem com as atividades naturais desse tipo de organização.

REFERÊNCIAS

ALCANTARA, F. H. C. O Cooperativismo segundo o Direito e a Sociologia do Trabalho. **Organizações & Sociedade**. Salvador, v. 21, n. 68, p. 937-956, mar. 2014.

ALMEIDA, F. **Os desafios da sustentabilidade**. Rio de Janeiro: Elsevier, 2007.

ANA. Agência Nacional de Águas (Brasil). **Conjuntura dos recursos hídricos no Brasil 2017**: relatório pleno. Brasília: ANA, 2017.

BARBIERI, J. C. **Desenvolvimento e meio ambiente**: as estratégias de mudanças da Agenda 21. Petrópolis: Vozes, 1997.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicaocompilado.htm>. Acesso em: 21 jul. 2018.

COSTA, L. S. Cooperativismo: uma reflexão teórica. **Ciências Sociais em Perspectiva**. v. 11, n. 6. p. 55-64, 2007.

DIAS, R. **Gestão Ambiental**: responsabilidade social e sustentabilidade. 2. ed. São Paulo: Atlas, 2011.

ELKINGTON, J. **Cannibals with forks**: the Triple Bottom Line of 21st Century Business. Oxford: Capstone Publishing, 1999.

ETHOS. **Indicadores Ethos de Responsabilidade Social Empresarial 2007**. São Paulo: Instituto Ethos, 2007.

ETHOS. **O compromisso das empresas com as metas o milênio**. São Paulo: Instituto Ethos, 2004.

FONSECA, L.; FONSECA, L. H. S.; PEREIRA, D. B.; SANTOS, A. H. A educação ambiental nas cooperativas de agricultura familiar: Estudo de caso em uma cooperativa no brejo paraibano. In: **Anais do VI Simpósio Internacional de Gestão de Projetos Inovação e Sustentabilidade - SINGEP**. São Paulo, SP, Brasil – 13 e 14/11/2017. Disponível em: <<https://singep.org.br/6singep/resultado/326.pdf>>. Acesso em: 08 set. 2018.

FREEMAN, R. E. **Strategic management**: a stakeholder approach. Massachusetts: Pitman, 1984.

GARZÓN, C. U.. **Historia del movimiento cooperativo**. Bogotá (Cundinamarca, Colombia): Coopdesarrollo, 1993.

GASSON, R.; ERRINGTON, A. **The farm family business**. Wallingford: Cab International, 1993.

GIESTA, L. C.; SILVA, T. N. A educação ambiental e capital social em cooperativas de produção orgânica. In: **Anais do XXVI Encontro Nacional de Engenharia de Produção – ENEGEP**. Fortaleza, CE, Brasil, 9 a 11 de Outubro de 2006. Disponível em: <http://www.abepro.org.br/biblioteca/ENEPEP2006_TR550371_8300.pdf>. Acesso em: 08 set. 2018.

GIESTA, L. C.; SILVA, T. N. A educação ambiental através da produção orgânica em empresas cooperativas. **Revista Eletrônica do Mestrado em Educação Ambiental**. ISSN 1517-1256, Volume 14, Janeiro a junho de 2005.

GIESTA, L. C. **Educação ambiental e sistema de gestão ambiental em empresas**. 2009. Tese (Doutorado em gestão de tecnologia e da produção) - Universidade Federal de Rio Grande do Sul. Porto Alegre, UFRGS, 2009.

GIL, A. C. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2007.

ICA. International Co-operative Alliance. **Cooperative Identity**. 1995. Disponível em: <<https://www.ica.coop/en/whats-co-op/co-operative-identity-values-principles>>. Acesso em: 08 set. 2018.

IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Censo Demográfico 2010**. Rio de Janeiro, 2010. Disponível em: <<http://cidades.ibge.gov.br/>>. Acesso em: 10 set. 2018.

IPEA. Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada. **Perspectivas do desenvolvimento brasileiro**. Brasília: Ipea, 2010.

INSTITUTO ECOLÓGICA. **Cartilha de Associativismo e Cooperativismo**, 2007. Disponível em: <<http://www.ecologica.org.br/index.php>>. Acesso em: 14 jun. 2018.

ETHOS. Instituto Ethos de Empresas e Responsabilidade Social. **Responsabilidade social das empresas – Percepção do consumidor brasileiro**. Publicado em 2010. Disponível em: <http://www.akatu.org.br/Content/Akatu/Arquivos/file/10_12_13_RSEpesquisa2010_pdf.pdf>. Acesso em 25 jul. 2018.

JABBOUR, A. B. L. S.; JABBOUR, C. J. C. **Gestão ambiental nas organizações: fundamentos e tendências**. São Paulo: Atlas, 2013.

JABBOUR, C. J. C.; TEIXERA, A. A.; JABBOUR, A. B. L. S. Treinamento ambiental em organizações com certificação ISO 14001: estudo de múltiplos casos e identificação de coevolução com a gestão ambiental. **Produção**, v. 23, n. 1, p. 80-94, jan./mar. 2013.

MMA. Ministério do Meio Ambiente. **Programa de Educação Ambiental e Agricultura Familiar**. Organizadores. Brasília: MMA, 2015.

MORAIS, L. A.; SIQUEIRA, E. S. Meio ambiente e desenvolvimento sustentável: concepções de conselheiros ambientais do município de Mossoró, Rio Grande do Norte, Brasil. **Educação Ambiental em Ação**. Ano XVI, Número 60, jun./ago..2017.

OCB. Organização das Cooperativas Brasileiras. **Anuário brasileiro do cooperativismo**. 2018. Disponível em: <http://www.mundocoop.com.br/wp-content/uploads/2018/07/ANUARIO_COOPERATIVISMO_2018.pdf>. Acesso em: 14 jun. 2018.

OCB-GO. Organização das Cooperativas Brasileiras no Estado de Goiás. **União e transformação: 60 anos de história do cooperativismo em Goiás**. Goiânia: OCB/SESCOOP-GO, 2016.

PINHO, D. B. **A doutrina cooperativa nos regimes capitalista e socialista**. 2. ed. São Paulo: Pioneira, 1966.

QUINTAS, J. S. **Educação ambiental e mobilização social**. Brasília: IBAMA, 2000.

RIOS, G. S. L. **O que é cooperativismo**. São Paulo: Brasiliense, 1981.

ROCHA, M. S. **Educação Ambiental e Agroecologia na Agricultura Familiar: uma contribuição para o Desenvolvimento Sustentável no Território de Irecê-Ba**. 2014. Dissertação (Mestrado em Educação) - Universidade do Estado da Bahia, Salvador, 2014.

SANTOS, A. C. L. **Cooperativismo: entre os princípios teóricos e o desenvolvimento viável, um estudo de caso**. 1998. 90 f. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento e Meio Ambiente) - Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 1998.

SCHWARTZ, M. S.; CAROLL, A. B. Corporate social responsibility: a three-domain approach. **Business Ethics Quarterly**, v. 13, n. 4, 2003.

STRADIOTTO-SIQUEIRA, E. Responsabilidade social: o empreendedorismo e o social. **Organizações em contexto**, Ano 1, n. 2, 2005.

SOBRAL, F.; PECCI, A. **Administração: teoria e prática no contexto brasileiro**. São Paulo: Pearson Prentice Hall, 2008.

TACHIZAWA, T. **Gestão ambiental e responsabilidade social corporativa: estratégias de negócios focadas na realidade brasileira**. 8. ed. São Paulo: Atlas, 2015.

TACHIZAWA, T.; ANDRADE, R. O. B. **Gestão Socioambiental: estratégias na nova era da sustentabilidade**. 2. ed. Rio de Janeiro: Elsevier, 2012.

TESCH, W. **Dicionário básico de cooperativismo**. Brasília: Secoop, 2000.

VERGARA, S. C. **Projetos e relatórios de pesquisa em administração**. São Paulo: Atlas, 2011.

WWAP. United Nations World Water Assessment Programme. **Relatório mundial das Nações Unidas sobre desenvolvimento dos recursos hídricos 2018: soluções baseadas na natureza para a gestão da água**. Paris, UNESCO, 2018.

ZARPELON, M. I. **Gestão e responsabilidade social: NBR 16.001/AS 8.000: implantação e prática**. Rio de Janeiro: Qualitymark, 2006.